

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.746 - SC (2019/0299335-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **DIEGO EDUARDO KOPROWSKI E OUTROS**
ADVOGADOS : **DIEGO EDUARDO KOPROWSKI - SC045182**
 ANA CLÁUDIA DOS SANTOS FERNANDES KOPROWSKI -
 SC051756
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
PACIENTE : **JOSE MARCOS PEREIRA (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de JOSE MARCOS PEREIRA no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Consta dos autos que o paciente foi condenado "à reprimenda de 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime fechado, mais multa, por infração ao art. 33, caput, e art. 35, caput, ambos da Lei n. 11.343/06, na forma do art. 69, caput, do Código Penal (Apelação Criminal n. 2008.026494-5)" – e-STJ fl. 1.544 –, porque foi surpreendido com 1kg (um quilograma) de cocaína.

Apresentado pedido de revisão criminal, este foi indeferido nos termos do acórdão de e-STJ fls. 1.541/1.564.

Na presente impetração, a defesa assere que existem várias nulidades processuais, bem como que a pena deve ser revisada.

Assim, requer "seja concedida ordem de *habeas corpus* em favor do Paciente a fim de que seja anulada o processo e consequentemente a condenação do Paciente, sucessivamente, revisada e alterada a dosimetria da sentença de origem, com base nas razões e teses declinados em tópicos na fundamentação, com a expedição do devido alvará de soltura" (e-STJ fl. 42).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator